



O SONHO DA CASA PRÓPRIA VERSUS A (IR)REGULARIDADE URBANA: UM OLHAR SOBRE AS PEQUENAS CIDADES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Formação

Manoel Mariano Neto da Silva  

Doutorando em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande
Contato: marianop.paiva2@gmail.com

Carla Camila Gomes Freitas  

Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros
Contato: camilla.gomes1@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira Alves  

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros
Contato: larissa0185@gmail.com

Almir Mariano de Sousa Junior  

Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus Pau dos Ferros
Contato: : almir.mariano@ufersa.edu.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) pela perspectiva das condições socioeconômicas e infraestruturais de conjuntos habitacionais situados nas pequenas cidades do semiárido brasileiro. Para tanto, foram realizadas análises documentais e de dados secundários, aplicação de questionários e pesquisas de campo no município de Venha Ver-RN. No estado do Rio Grande do Norte, a faixa 1 do PMCMV se faz presente em quase todos os municípios, fato que elucida sua importância para o acesso à moradia nos pequenos centros. A população atendida pelo programa, em escala local, se caracteriza pela baixa renda familiar e pelo baixo nível de escolaridade. As famílias residentes nas áreas investigadas sofrem com a ausência de infraestrutura e com a segregação socioespacial, evidenciados pelo distanciamento em relação às áreas já consolidadas, e, por consequência, dos serviços e equipamentos urbanos; e pela ausência de iluminação pública, pavimentação das vias, coleta e tratamento de esgoto. Dessa maneira, nota-se que o PMCMV contribuiu para a intensificação da irregularidade urbana nas pequenas cidades do semiárido. Contudo, compreende-se que essa disparidade não parte unicamente do programa, havendo uma colaboração direta de outros agentes, tais como o governo municipal, responsável pela gestão das unidades habitacionais edificadas e pela manutenção urbana.

Palavras-chave: Política habitacional. Segregação socioespacial. Desenvolvimento urbano.

THE DREAM OF HOME OWNERSHIP VS. URBAN (UN)REGULARITY: A LOOK AT THE SMALL TOWNS OF THE BRAZILIAN SEMI-ARID

Abstract: This study aims to analyze the performance of the Minha Casa, Minha Vida Programme (PMCMV) from the perspective of socio-economic and infrastructural conditions of housing estates located in small cities in the Brazilian semi-arid region. To this end, documentary and secondary data analyzes, questionnaire application and field research were carried out in the municipality of Venha Ver – RN. In the state of Rio Grande do Norte the PMCMV Band 1 has its presence in almost all the municipalities which highlights its importance for access to housing in small towns. The local scale population assisted by this programme is characterized by low family income and the low level of schooling. The families residing in the survey areas are suffering from a lack of infrastructure and socio-spatial segregation as evidenced by the distance in relation to the already consolidated areas hence urban services and facilities; and by the absence of street lighting, road pavement, sewer collection and treatment. Thus, it is noted that PMCMV has also intensified urban irregularity in small towns in the semi-arid region. However, it is understandable that this disparity does not solely fall under the programme in which there is direct collaboration with other agents such as local government in charge of the management of the housing units built and for urban maintenance.

Keywords: Housing policy. Socio-spatial segregation. Urban Development.

EL SUEÑO DE LA PROPIEDAD DE LA VIVIENDA FRENTE A LA (IR) REGULARIDAD URBANA: UNA MIRADA A LAS PEQUEÑAS CIUDADES DEL SEMIÁRIDO BRASILEÑO

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar el desempeño del Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) desde la perspectiva de las condiciones socioeconómicas y de infraestructura de los conjuntos habitacionales ubicados en pequeñas ciudades de la región semiárida brasileña. Para ello, se realizaron análisis de datos documentales y secundarios, cuestionarios e investigación de campo en el municipio de Venha Ver – RN. En el estado de Rio Grande do Norte, la franja 1 del PMCMV está presente en casi todos los municipios, hecho que dilucida su importancia para el acceso a la vivienda en los pequeños centros. La población atendida por el programa, a escala local, se caracteriza por los bajos ingresos familiares y bajo nivel de educación. Las familias que residen en las áreas investigadas padecen la falta de infraestructura y segregación socioespacial, evidenciada por la distancia a las áreas ya consolidadas y, consecuentemente, de los servicios y equipamientos urbanos; y por la ausencia de alumbrado público, pavimentación de calles, recolección y tratamiento de aguas residuales. Así, se observa que el PMCMV contribuyó a la intensificación de la irregularidad urbana en las pequeñas ciudades de la región semiárida. Sin embargo, se entiende que esta discrepancia no es solo proviene únicamente del programa, si no que existe la colaboración directa de otros agentes, como el gobierno municipal, responsable de la gestión de las viviendas construidas y del mantenimiento urbano.

Palabras clave: Política de vivienda. Segregación socioespacial. Desarrollo Urbano.

INTRODUÇÃO

Dentre as principais problemáticas existentes nas cidades brasileiras, cita-se a fragilidade dos serviços de saneamento, a precariedade das vias públicas e o agravamento da mobilidade urbana, bem como a carência por moradias (CANO, 2013). Esta última acomete principalmente a população de baixo poder aquisitivo, que na ausência de melhores alternativas, recorre à ocupação de áreas de risco, constroem moradias irregulares, dividem habitações, e, muito comumente, são obrigados a custear aluguéis com valores exorbitantes (MARICATO, 2014).

Assim, surge a necessidade de implementação de políticas públicas nas mais variadas áreas com as quais a questão urbana se relaciona. No tocante à habitação, Maricato (2014) afirma que no Brasil, desde a década de 1930, nota-se um maior envolvimento do Estado com a questão habitacional. No entanto, a política habitacional só surge em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), muito distante da política urbana, de modo a tornar o combate ao déficit habitacional um fator secundário, em detrimento às urgências de caráter econômico.

Após a criação do BNH, surgiram diversas políticas e programas voltados à habitação e infraestrutura urbana, dentre eles, a Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Projeto CURA), o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), tema deste estudo, foi implementado em 2009, a partir da Lei nº 11.977/2009, tornando-se o maior programa voltado à habitação da história do país.

O PMCMV, inicialmente foi organizado em três faixas de renda distintas: Faixa 1, direcionada às famílias com renda de até R\$ 1.800,00; Faixa 2, que atendia famílias com renda limite de R\$ 4000,00; e Faixa 3, destinada ao público com renda familiar de até R\$ 9.000,00. No entanto, em 2017, foi criada a Faixa 1,5, que se destinava à população com renda de até 2600,00 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2020).

Contudo, apresenta fragilidades que retomam às vulnerabilidades vivenciadas em algumas das políticas anteriores. Conforme Cardoso e Aragão (2013), o PMCMV beneficia indiscriminadamente o setor privado; favorece a especulação imobiliária; foge às métricas da política urbana nacional; e torna-se pouco eficaz frente ao déficit habitacional, por promover a realocação de grandes massas populacionais para áreas muito distantes dos centros urbanos já consolidados, dos postos de trabalho e das relações sociais dos beneficiários.

Nesse interim, ressalta-se que as análises do programa se concentram, prioritariamente, nos grandes e médios centros urbanos. Ao analisar as publicações recentes no âmbito nacional e na região Nordeste, constata-se que os estudos se direcionam, principalmente, às regiões metropolitanas, como é o caso de Rolnik *et al.* (2015) que estudam a segregação socioespacial associada ao PMCMV nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas; Soares *et al.* (2017), que analisam a contribuição do PMCMV para a especulação imobiliária em Uberaba/MG; Pequeno e Rosa (2016), que discutem a relação do PMCMV com a segregação espacial de Fortaleza/CE; e Moura (2017), que estuda a relação do programa com a desterritorialização da Região Metropolitana de Natal.

Este aspecto contribui para que as pequenas cidades fiquem, totalmente ou parcialmente, descobertas por estudos que analisem o desenvolvimento das políticas em seus territórios. Ao encontro dessa realidade, Maia (2005) afirma que as pequenas cidades não costumam ser inseridas no segmento acadêmico em países subdesenvolvidos, mesmo sendo estas os principais pontos estruturantes da rede urbana do país, visto que se constitui, em 84,31%, por pequenas cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010).

Diante dos apontamentos feitos, esta pesquisa possui como objetos de estudo os conjuntos habitacionais Santo Expedito e Bartolomeu, localizados na cidade de Venha-Ver, estado do Rio Grande do Norte. Essa cidade possui pouco mais de 4 mil habitantes, e os conjuntos que o estudo se propõe a investigar foram criados entre os anos de 2009 e 2012, a partir do PMCMV, o que contribuiu para que atualmente sejam constituídos, quase que em sua totalidade, por residências oriundas da oferta pública (Faixa 1) do programa.

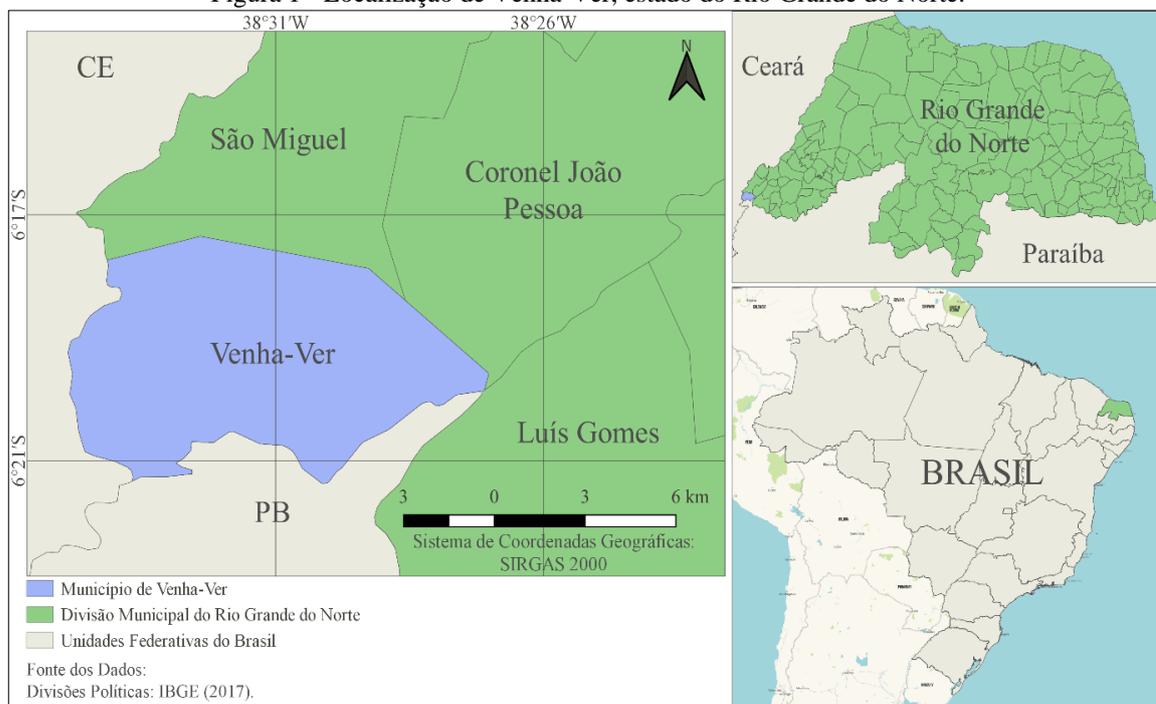
Assim, o trabalho tem por objetivo analisar a atuação do Programa Minha Casa, Minha Vida pela perspectiva das condições socioeconômicas e infraestruturais de conjuntos habitacionais, situados nas pequenas cidades do semiárido brasileiro.

Para além desse texto introdutório, na sequência estão dispostas as seguintes seções: “Materiais e métodos”, onde é descrito o percurso metodológico utilizado; a seção intitulada “O PMCMV no Rio Grande do Norte”, na qual é apresentada uma conjuntura do programa ora estudado com enfoque na escala estadual; posteriormente, tem-se a seção denominada “As intervenções em pequenas cidades: o caso de Venha Ver-RN”, com enfoque na área de estudo; além das Considerações finais que descreve breves apontamentos acerca da problemática estudada.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa apresenta como objeto de estudo os conjuntos habitacionais Santo Expedito e Bartolomeu, situados na cidade de Venha-Ver, estado do Rio Grande do Norte (Figura 1). O município de Venha-Ver encontra-se na porção semiárida do Rio Grande do Norte, situado na Microrregião da Serra de São Miguel e Mesorregião do Oeste Potiguar, distante, aproximadamente, 456 quilômetros da capital do estado, Natal. A área total ocupada pelo corresponde a 71,6 km², a população registrada no Censo Demográfico de 2010 era de 3.821 habitantes, e a estimativa para 2020 corresponde a 4.205 pessoas, de modo que a densidade demográfica, com base na estimativa recente, é de 53,35 habitantes por km² (IBGE, 2020).

Figura 1 - Localização de Venha-Ver, estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O conjunto habitacional Santo Expedito pertencia à zona rural do município, entretanto, no ano de 2007 foi adquirido pelo poder público municipal, sendo ocupado em 2010 por 32 habitações, construídas através de subsídios do PMCMV. Em 2014, a segunda etapa do programa edificou 16 novas moradias, de modo que atualmente o conjunto possui 48 moradias, todas advindas da oferta pública do PMCMV, além de outras edificações construídas pela própria população.

Já o conjunto Bartolomeu, foi construído em uma área municipal, que até 2013 era utilizada como campo de futebol. Em 2014 foram edificadas 16 casas, também subsidiadas pelo

PMCMV. Um aspecto que marca a construção social desses empreendimentos é o fato de que as moradias mais recentes, construídas através da segunda etapa do PMCMV foram ocupadas ilegalmente, a partir de invasões.

Inicialmente, pretendia-se aplicar um questionário por unidade habitacional oriunda do PMCMV, contudo, devido a ocorrência de imóveis abandonados, foram aplicados 39 questionários, sendo 29 no conjunto Santo Expedito e 10 no conjunto Bartolomeu. O questionário empregado era constituído por questões objetivas e subjetivas, para promover a caracterização socioespacial da localidade.

Neste sentido, a primeira parte contemplou os aspectos sociais: escolaridade; renda; participação em programas sociais, benefícios, pensões e outras modalidades oriundas da previdência. Já a segunda parte, se direcionou à satisfação dos moradores quanto às condições habitacionais, a partir da unidade habitacional, entorno dos empreendimentos, inserção urbana e bem-estar.

Na análise de dados secundários, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (2018), permitindo observar os quantitativos de unidades habitacionais do PMCMV, contratadas pelos municípios potiguares, considerando as respectivas faixas. Já a pesquisa documental, se deu a partir da análise dos projetos arquitetônicos e dos memoriais descritivos dos conjuntos habitacionais, visando fornecer o suporte necessário para estruturar o histórico de formação dos Núcleos Urbanos.

Esses documentos foram disponibilizados pelo Programa Acesso à Terra Urbanizada, que se trata de uma parceria da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), com o Programa de Extensão Universitária (Proext) e o antigo Ministério das Cidades (cujas secretarias foram integradas ao atual Ministério do Desenvolvimento Regional), criado em 2014, em prol da regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas dos municípios potiguares.

Ao longo da pesquisa de campo, ocorreu a aplicação de uma lista de verificação e a realização de registros fotográficos, de modo a alcançar a análise dos serviços de saneamento, a presença de equipamentos urbanos e inserção dos conjuntos habitacionais na malha urbana. Ainda nesta etapa, foi possível coletar informações que proporcionaram o mapeamento da cidade, realizado a partir do *Google Earth Pro* e do *software Qgis* versão 3.8.

Quanto aos aspectos éticos, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), em 13 de fevereiro de 2019, recebendo a aprovação e autorização para a realização da pesquisa em 02 de março de 2019, a partir do Parecer nº 3.181.294.

O PMCMV NO RIO GRANDE DO NORTE

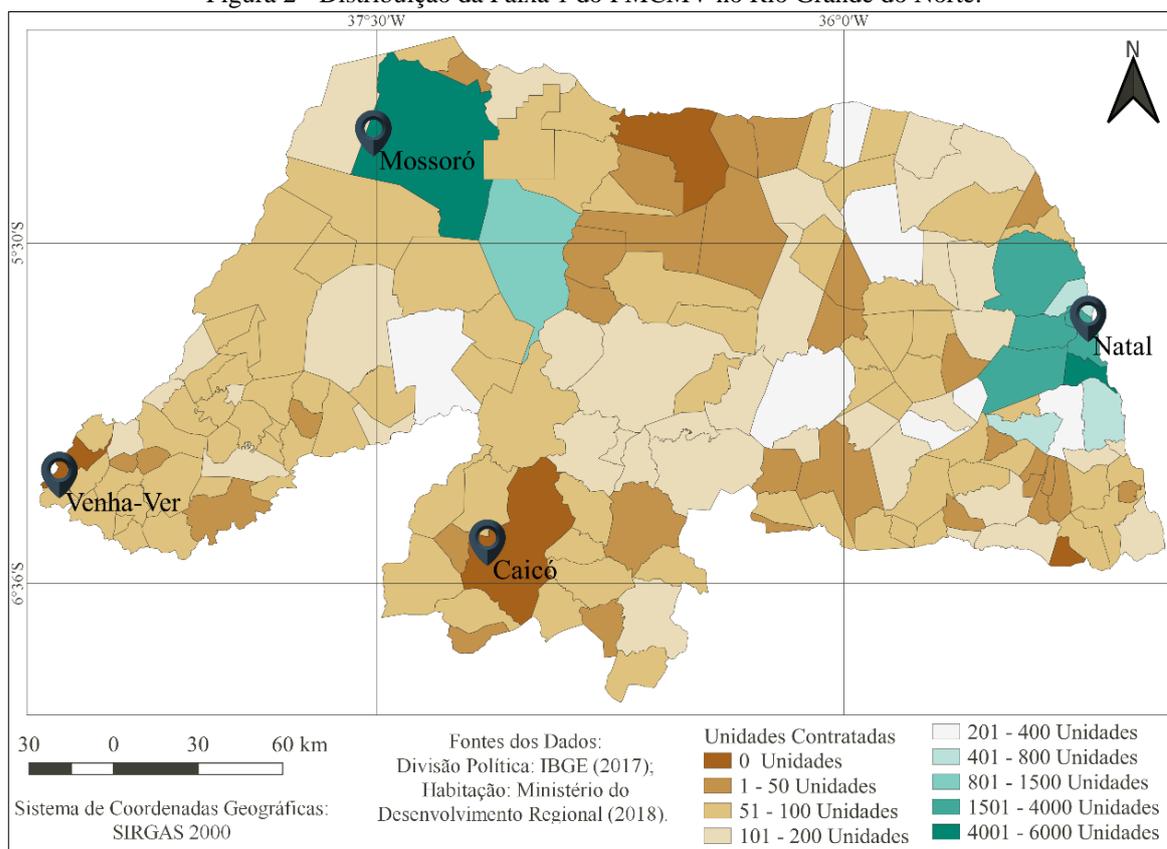
A partir do PMCMV, foi possível a construção de, aproximadamente, 5,17 milhões de unidades habitacionais até março de 2018. Ao longo da Etapa 1 (2009 – 2011), foram construídas 1.005.128 unidades habitacionais, das quais 48% correspondem a Faixa 1. Quanto à Etapa 2 (2011 – 2014), permitiu a contratação de 2,75 milhões de unidades habitacionais, das quais 45% destinaram-se à Faixa 1 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017; MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2018).

Já a Etapa 3, executada entre 2015 e 2020, mostra configurações muito distintas, uma vez que a Faixa 1, a qual o programa destinava alíquotas superiores a 40% nas etapas anteriores, até março de 2018, representava 6,87% das 1,41 milhões de unidades contratadas (96.902 unidades habitacionais). Em contraponto, a Faixa 2 ultrapassou 1,14 milhões, e a Faixa alcançou o quantitativo de 169.182 moradias (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017; MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2018).

Ao direcionar a análise para o estado do Rio Grande do Norte, nota-se uma grande expressividade quanto à Faixa 1 (36.121 moradias), por se fazer presente em quase todo Território Potiguar, exceto nos municípios de São Miguel, Macau e Caicó (Figura 2). Verifica-se ainda que as categorias mais populares correspondem aos intervalos de 51 a 100 e 101 a 200 unidades contratadas, de modo que abrange muitos municípios de pequeno porte, inclusive o município de Venha-Ver, com 70 unidades contratadas.

As maiores concentrações ocorrem em Mossoró, Natal e alguns dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal (Extremoz, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Parnamirim e Nísia Floresta).

Figura 2 - Distribuição da Faixa 1 do PMCMV no Rio Grande do Norte.



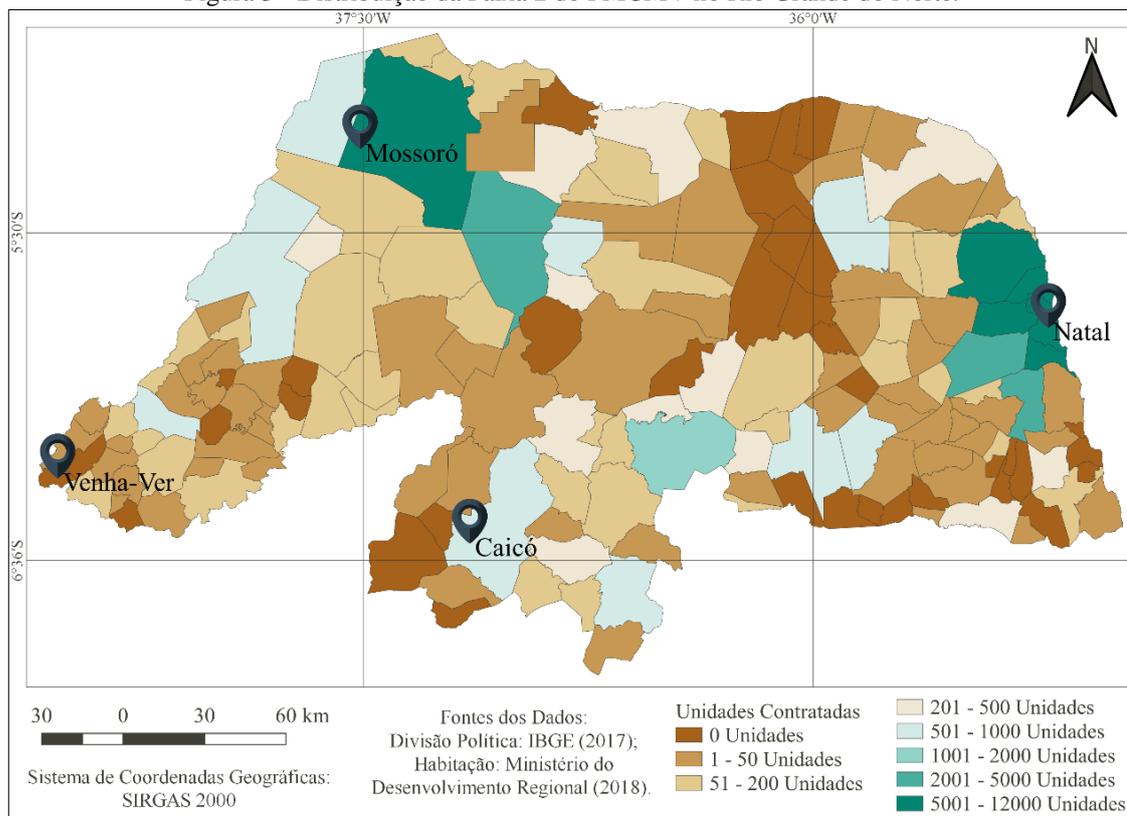
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Já a Faixa 2, apresenta 76.724 unidades, no entanto, está ausente em 36 dos municípios potiguares (Figura 3). Quanto às localidades com presença mais marcante, aponta-se novamente a Região Metropolitana de Natal, Mossoró, Currais Novos, Açu e São José do Mipibu.

As concentrações observadas nas faixas 1 e 2, que culminam com Mossoró, outros polos regionais e a Região Metropolitana de Natal, vão ao encontro aos apontamentos de Lima Jr *et al.*, (2016) e Corrêa (1988), visto que o que diferencia estas regiões das demais, são as polaridades, de caráter econômico e demográfico, que ocorrem, principalmente, sobre cidades médias e a capital, com a região metropolitana correspondente, de modo que juntas atraem os maiores montantes de unidades providas do PMCMV.

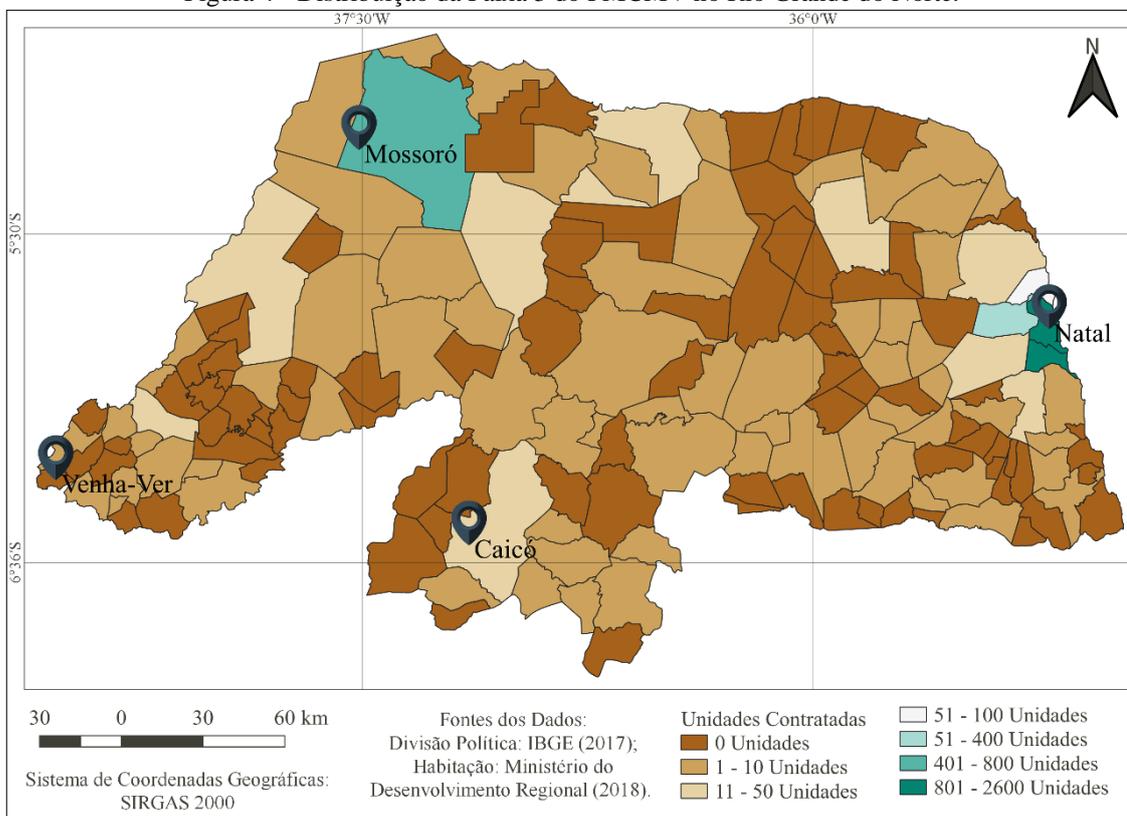
No tocante à Faixa 3 (Figura 4), as habitações desta categoria são significativamente reduzidas quando comparada às demais. Enfatiza-se que até março de 2018, o estado apresentava apenas 6.290 unidades, das quais, aproximadamente, 88% se distribuíam em Natal, Parnamirim e Mossoró. Dessa maneira, 86 localidades até então não possuíam habitações, correspondentes à Faixa 3. Tais características, mostram que o público atendido por esta faixa é muito específico e tende a se concentrar nos centros urbanos maiores e mais dinâmicos.

Figura 3 - Distribuição da Faixa 2 do PMCMV no Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Figura 4 - Distribuição da Faixa 3 do PMCMV no Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Quanto a representação das faixas 2 e 3 no município de Venha-Ver, constata-se a inexistência de unidades habitacionais, o que elucida a importância da Faixa 1 para o acesso a moradia nas pequenas cidades brasileiras, em especial aquelas situadas na porção semiárida.

AS INTERVENÇÕES EM PEQUENAS CIDADES: O CASO DE VENHA VER-RN

Ao analisar os conjuntos habitacionais Bartolomeu e Santo Expedito, foi possível observar uma série de fatores que explicitam a vulnerabilidade social, dentre eles, o nível de escolaridade. Nesse sentido, no conjunto habitacional Bartolomeu, 70% dos moradores entrevistados possuem ensino fundamental incompleto e 10% ensino fundamental completo. Quanto ao ensino médio, verificou-se que 10% das pessoas finalizaram e os demais (10%) não concluíram. Não foram registrados casos de pessoas com nível superior (completo ou incompleto) ou pós-graduação.

O conjunto Santo Expedito apresenta algumas diferenças no tocante à escolaridade da população, no entanto, os percentuais ainda demonstram baixa escolaridade: 3,4% dos entrevistados não estudaram; 41,4% possuem o ensino fundamental incompleto e 6,9% não concluíram o ensino médio. O percentual de moradores entrevistados com ensino médio completo corresponde a 31%; 3,4% cursavam o nível superior; 10,3% possuem graduação; e 3,4% possuem título de especialista.

Os dados do IBGE (2010) mostram que foram consultados 82,6% da população (correspondentes à parcela com idade superior a 10 anos de idade) de Venha-Ver. Em termos percentuais, 76,46% da amostra não possuía instrução ou não concluíram o ensino fundamental; 12,77% possuíam ensino fundamental completo e ensino médio incompleto; 8,87% correspondia às pessoas com ensino médio completo e superior incompleto; enquanto a parcela da população com ensino superior completo era de 1,86%. Com isso, constata-se que a realidade apreendida nos conjuntos habitacionais se estende à toda a população municipal, no entanto, é pertinente salientar que o intervalo temporal entre a realização do censo demográfico e a realização desse estudo pode trazer diferenças quanto a realidade atual da população quanto aos níveis de instrução.

Outro aspecto importante neste cenário é a renda familiar, que, para ambos os casos apresenta indícios de vulnerabilidade econômica. No conjunto Bartolomeu, verificou-se uma forte dependência econômica dos programas sociais, bem como das aposentadorias, pensões e benefícios da previdência social, visto que apenas uma família (10%) não é beneficiária do Bolsa Família, que se caracteriza como um programa de transferência de renda do Governo

Federal, ou recebe aposentadoria ou pensão, enquanto que 60% são integralmente dependentes do Bolsa Família, 10% dependem parcialmente e 20% têm a previdência como única fonte de renda. Desse modo, o menor valor registrado para renda familiar corresponde a R\$110,00, a média das rendas das famílias foi de R\$626,60 e o maior valor correspondia a R\$1996,00 (dois salários mínimos), sendo este último registrado na família não atendida pelos programas sociais.

Quantos aos valores obtidos no conjunto Santo Expedito, constatou-se que sete famílias (24%) não são beneficiárias do Bolsa Família e não recebe pensão ou aposentadoria, enquanto 41% são integralmente dependentes do Bolsa Família, 14% dependem parcialmente e 17% têm a previdência como única fonte de renda. Desse modo, o menor valor registrado para renda familiar corresponde a R\$89,00, a média das rendas das famílias foi de R\$768,24 e o maior valor corresponde a R\$ 2200,00.

O Programa Bolsa Família, juntamente com os benefícios, pensões e aposentadorias oriundas da Previdência Social, assegura integralmente ou parcialmente a renda de muitas famílias dos conjuntos habitacionais estudados. Ao analisar estes fatores, verificou-se que no Bartolomeu 70% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 20% possui benefício por incapacidade/invalidéz, aposentadoria ou pensão por morte, totalizando 90% das famílias. Já no Santo Expedito, esses percentuais correspondem a 55,2% e 20,7%, respectivamente.

Tal realidade vai ao encontro dos apontamentos realizador por Gomes (2015), que afirma que muitos municípios potiguares, e do Nordeste como um todo, possuem uma economia pautada, sobretudo, nos programas de transferência de renda, dos quais o Bolsa Família, as pensões, aposentadorias e a prestação de serviços públicos ganham grande destaque. Ainda dentro desta realidade, a autora cita as atividades informais, que são dificilmente mensuradas.

Quanto às condições infraestruturais dos conjuntos habitacionais em análise, são muito semelhantes, o que deriva da proximidade temporal quanto à implantação. Nesse sentido, observa-se que em ambas as localidades há disponibilidade de rede de distribuição de energia elétrica, coleta semanal de resíduos sólidos e abastecimento de água, através da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN).

Entretanto, a qualidade da água ofertada não é compatível com todos os usos domésticos. Constatou-se, a partir da aplicação dos questionários, que a população realiza a compra da água para dessedentação e cozimento dos alimentos, uma vez que o sabor da água disponibilizada pela companhia é desagradável. Já os resíduos sólidos, conforme os memoriais

descritivos das localidades, disponibilizados pelo Programa Acesso à Terra Urbanizada, são dispostos em um lixão, fato que se caracteriza como uma destinação irregular.

O sistema de coleta de esgoto se configura como um item não disponível para ambas as localidades de modo que os efluentes líquidos, oriundos das atividades domésticas, são destinados de forma irregular: no conjunto Santo Expedito, 69% é destinado à fossa e 31% é disposto a céu aberto; enquanto no Bartolomeu, esses percentuais correspondem a 70% e 30%, respectivamente.

Esta é uma realidade ainda é muito comum nos ambientes urbanos do país, visto que somente 52,36% da população dispõe de coleta de esgoto, enquanto apenas 45,1% do efluente coletado é tratado. No caso da região Nordeste, esses percentuais correspondem a 28,87% e 34,73%, respectivamente (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018).

Quanto à drenagem das águas pluviais, os memoriais descritivos mostram que não há disponibilidade de dispositivos para esta finalidade nos conjuntos habitacionais. Outra irregularidade observada diz respeito às condições das vias públicas destas localidades, uma vez que somente os acessos principais apresentam pavimentação, enquanto as demais ruas não possuem qualquer revestimento. No caso do conjunto Santo Expedito, especificamente, observa-se a ocorrência de processos erosivos decorrentes da exposição direta do solo às intempéries.

As condições descritas interferem diretamente na acessibilidade dos conjuntos habitacionais, bem como na satisfação dos moradores e na percepção acerca da infraestrutura local. Nesse sentido, 80% dos entrevistados no Bartolomeu consideram as vias insatisfatórias. No Santo Expedito esse percentual corresponde a 83%.

A insatisfação dos moradores com as vias também está associada à ausência total de iluminação pública, visto que todos os entrevistados, em ambos os conjuntos habitacionais, avaliaram as ruas como mal ou muito mal iluminadas. Diante desse fator, um dos moradores entrevistados relatou que esta condição implica diretamente no modo como a população de outras localidades enxergam os conjuntos habitacionais:

Como o conjunto fica tudo no escuro, cada família coloca uma lâmpada na frente da casa, mas às 10 horas da noite, se você vier aqui, vai perceber que estará tudo escuro. Por isso, o bairro é chamado de favela pelo resto da cidade. Não tem nem luz nos postes (MORADOR DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTO EXPEDITO, 2019).

A ausência de pavimentação e iluminação das vias públicas explicita a falta de investimentos públicos na infraestrutura urbana edificada através do PMCMV, e, assim,

permite afirmar que as não-conformidades existentes no contexto local também partem da desarticulação municipal com a questão urbana, com destaque aos aspectos estruturantes.

Condições semelhantes são descritas para os empreendimentos do PMCMV, dispostos na Região Metropolitana de Natal, visto que não possuem serviços e equipamentos que agreguem à qualidade de vida da população, possibilitando a reprodução da autoss segregação, que se caracteriza, principalmente, pelo acesso diferenciado à estrutura urbana, serviços educacionais e outros (MOURA, 2017).

Ao analisarem a implantação de empreendimentos da Faixa 1 em Fortaleza/CE, Pequeno e Rosa (2016) afirmam que 84% foram construídos em áreas onde a infraestrutura de esgotamento sanitário e drenagem urbana, pavimentação, arborização, calçadas e iluminação públicas são classificadas como ruim ou muito ruim. Já em São João Del Rei/MG, devido à ausência de saneamento, o esgoto é direcionado em córregos (COTA; SILVA, 2016).

Em Riacho da Cruz/RN, observa-se que as habitações da Faixa 1 são inseridas nas áreas periféricas, sem pavimentação, geograficamente distantes do centro da cidade e dos serviços de saúde, educação e comércio (COSTA; ALVES, 2016). E, em Juatuba/MG, 322 unidades habitacionais, distribuídas em 18 empreendimentos, fizeram surgir conjuntos habitacionais sem atendimento de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, gerando um ponto de estrangulamento entre a expansão urbana e a infraestrutura urbana e ambiental (SORAGGI; MENDONÇA, 2013).

Com isso, fica claro que as problemáticas urbano-estruturais presentes em cidades e regiões metropolitanas também caracterizam os empreendimentos do PMCMV nos pequenos centros, fato que evidencia a necessidade de discutir e avaliar as políticas públicas e os programas, considerando as mais diversas escalas territoriais.

Investigou-se ainda a presença de serviços de telefonia móvel e internet, bem como o acesso da população. Constatou-se que ambos estão disponíveis nos conjuntos habitacionais, no entanto, em se tratando da conexão à internet, o acesso ocorre de forma parcial, visto que no Conjunto Bartolomeu o percentual de entrevistados que usufruíam desse serviço era de 50%, enquanto no Santo Expedito, correspondia a 45%. Já a telefonia móvel era utilizada por todas pessoas abordadas no estudo.

A análise da integração dos conjuntos habitacionais à cidade se justifica pelo fato de que é necessário compreender as ações do PMCMV como frutos de uma política habitacional, que por sua vez não pode se limitar unicamente aos quantitativos habitacionais construídos. Face a esta prerrogativa, Monteiro e Veras (2017) afirmam que a inclusão à cidade através da infraestrutura adequada, acesso aos serviços de saúde, educação, lazer, segurança, emprego e

renda devem ser pautas da política habitacional e de seus respectivos programas, pois são elementos básicos para garantia de uma vida digna.

A partir da aplicação de um *checklist*, que verificou a existência de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais, percebeu-se que no conjunto Bartolomeu não havia disponibilidade de serviços de saúde, assistência social e educação, cultura e religião, esportes e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento comercial e administração pública.

O conjunto Santo Expedito difere minimamente desta realidade, devido a implantação de equipamentos voltados à educação e lazer: uma escola municipal de ensino fundamental, atende a demanda educacional do Ensino Fundamental I e II da população urbana; e um ginásio de esportes, que funciona como extensão do ambiente escolar, dando suporte às atividades físicas e eventos escolares.

A disposição destes equipamentos nesta localidade evidencia a existência de iniciativas, sejam estas intencionais ou não-intencionais, para a promoção da integração do conjunto habitacional à cidade consolidada, visto que permite a interação da população residente em outras áreas, bem como facilita o acesso à educação para as crianças e adolescentes que residem no Santo Expedito.

Tais aspectos podem ser compreendidos pelo fato de que ambos os conjuntos habitacionais são recentes sob a perspectiva temporal das áreas consolidadas anteriormente. Entretanto, o acesso da população aos equipamentos e serviços públicos é um aspecto que deve ser assegurado. Mediante espacialização dos serviços e equipamentos na cidade de Venha-Ver (Figura 5) e, considerando a escala espacial local, constata-se que ambos os conjuntos habitacionais foram edificados em áreas distantes dos ambientes consolidados, comprometendo o acesso aos serviços e interferindo na qualidade de vida dos moradores.

Conforme as informações ilustradas, os serviços e equipamentos se concentram em dois núcleos: o centro da cidade, e em uma segunda área com menor densidade, mas consolidada. Com relação aos conjuntos habitacionais, estes encontram-se total (Santo Expedito) ou parcialmente (Bartolomeu) isolados da cidade.

Diante das condições descritas, constata-se que a população residente nos conjuntos habitacionais Santo Expedito e Bartolomeu percorre maiores distancias para obter acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, esporte, lazer e segurança, quando em comparação à população situada nos demais bairros da cidade. No entanto, 86% dos moradores entrevistados no Santo Expedito consideram o conjunto bem integrado ao resto da cidade. Já no Bartolomeu, esse percentual é de 100%.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Na percepção de Pagani, Alves e Cordeiro (2015) a segregação espacial nas cidades se estende para além dos aspectos físicos, compreendendo as questões econômicas. Os autores afirmam que o valor atribuído a terra urbana diz respeito, principalmente, a sua localização e ao potencial uso construtivo. Com isso, as massas populacionais de baixo poder aquisitivo são direcionadas às áreas menos favorecidas, sendo gradualmente afastadas dos serviços e oportunidades presentes na cidade.

Quanto à insuficiência ou ausência dos serviços e da infraestrutura, desencadeiam situações de maiores deslocamentos, menores oportunidades de trabalho e lazer, contribuindo para o desenvolvimento de estigmas sobre a população acometida (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2015).

Em relação ao distanciamento dos conjuntos do PMCMV em relação às áreas já consolidadas, na Região Metropolitana de Campinas nota-se que o quantitativo de empreendimentos do PMCMV situados na porção territorial que dispõe das melhores condições urbanas é muito reduzido, predominando as unidades correspondentes à Faixa 3, caracterizadas como empreendimentos de pequeno porte, quando comparados aos das Faixas 1 e 2, que por sua vez, se situam nas franjas das cidades, limitadas de equipamentos urbanos, serviços públicos e empregos (ROLNIK *et al.*, 2015).

Condições semelhantes foram analisadas por Melchior e Almeida (2015), na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde há uma tendência de concentração dos empreendimentos destinados às famílias de baixa renda nas áreas periféricas, enquanto as Faixas 2 e 3 são organizadas em empreendimentos de menor porte, nos vazios urbanos, nas áreas já consolidadas. Na Região Metropolitana de Goiânia, os assentamentos do PMCMV estão a uma distância média de 20,83 km do centro administrativo, formando loteamentos com infraestrutura debilitada, de difícil acesso e transporte precário (BORGES; BARREIRA; CUNHA, 2017).

Estas características também foram citadas em cidades fora das regiões metropolitanas e em casos analisados de forma isolada (sem considerar o grupo de cidades correspondente à região metropolitana). Meireles e Castro (2017) afirmam que os empreendimentos das faixas 1 e 2, em São José do Rio Preto/SP, estão situados nas franjas da cidade, logo, a instalação de equipamentos públicos se mostra muito restrita, uma vez que há somente duas escolas e uma unidade básica de saúde para atender uma massa populacional correspondente a 11 mil pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a atuação do PMCMV pela perspectiva das condições socioeconômicas e infraestruturais de conjuntos habitacionais, situados nas pequenas cidades do semiárido brasileiro. Constatou-se que inúmeras problemáticas existentes na implementação do programa em grandes e médios centros urbanos também se fazem presentes nas pequenas localidades, fato que reforça a necessidade de maiores estudos direcionados às cidades menores.

No estado do Rio Grande do Norte, a faixa 1 do PMCMV se faz presente em quase todos os municípios, aspecto que elucida sua importância para o acesso à moradia nas pequenas cidades brasileiras, em especial aquelas situadas na porção semiárida. Já em relação às unidades contratadas nas Faixas 2 e 3, são mais dispersas no território, permitindo inferir que a população

atendida possui características econômicas mais específicas, e, se concentram nos centros mais populosos.

No que cerne as características sociais da população residente nos conjuntos habitacionais Santo Expedito e Bartolomeu, situados na cidade de Venha-Ver, ressalta-se a baixa renda familiar, que é oriunda, principalmente, do programa Bolsa Família, das aposentadorias, benefícios previdenciários e pensões. Constatou-se também que em ambos os conjuntos habitacionais a população possui baixo nível de escolaridade.

Essas áreas possuem abastecimento de água, coleta de resíduos sólidos, acesso à rede elétrica, bem como disponibilidade de telefonia móvel e internet. Entretanto, as ruas não são pavimentadas, não há iluminação pública, drenagem urbana e tão pouco coleta e tratamento dos esgotos. Logo, a infraestrutura local se mostra muito fragilizada e impacta negativamente a qualidade de vida dos moradores, assim como a percepção construída acerca dos conjuntos.

Ao analisar a integração dos conjuntos aos demais bairros de Venha-Ver, constatou-se a ocorrência da segregação socioespacial, que se explicita mediante distanciamento dos principais serviços e equipamentos disponíveis na cidade. Assim, ressalta-se que as famílias residentes nos conjuntos habitacionais estudados necessitam realizar maiores deslocamentos, o que implica na redução na qualidade de vida dos moradores.

Com isso, é possível afirmar que o PMCMV contribui para a intensificação da irregularidade urbana nas pequenas cidades do semiárido, principalmente no que cerne à segregação socioespacial. Contudo, compreende-se que essa discrepância não parte unicamente do programa, havendo uma colaboração direta de outros agentes, tais como o governo municipal, responsável pela gestão das unidades habitacionais edificadas e pela manutenção urbana.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BORGES, E. M.; BARREIRA, C. C. M. A.; COSTA, E. P. V. S. M. Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: o caso da Região Metropolitana de Goiânia. **Geo UERJ**, n. 30, p. 122-144, 2017.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 21, p. 35-73, jul. 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida 2017**: Entenda o que muda no programa. 2017. Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cadernos Metrôpole**, [s.l.], v. 18, n. 35, p. 283-307, jun. 2016.

COSTA, J. L. ; ALVES, L. S. F. O Programa Minha, Casa Minha Vida e a sua influência na configuração territorial de Riacho da Cruz/RN. **Revista Geotemas**, v. 6, n. 1, p. 19-34, 2016.

COTA, D. A.; SILVA, A. L. A. Programa “Minha Casa, Minha Vida” (faixa 1) em São João Del Rei, MG: uma análise crítica. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 8, n. 2, p. 140-162, 2017.

GOMES, R. C. C. A Fragmentação do Território no Brasil e a Reprodução das Relações de Poder: uma Leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 1, p. 231-250, 2015.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9758>>. Acesso em: 07 out. 2017.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Venha-Ver**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/venha-ver/panorama>>. Acesso em: 02 out. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Esgoto**. 2018. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas**: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. 2005.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MEIRELES, E.; CASTRO, C. M. P. Provisão do Programa Minha Casa, Minha Vida em São José do Rio Preto, SP: inserção urbana e adequação socioeconômica e ambiental - um estudo de caso do conjunto habitacional Nova Esperança. **Ambiente Construído**, v. 17, n. 3, p. 219-233, 2017.

MELCHIORS, L. C. Como Anda a Habitação Social no Brasil? Reflexões sobre a Trajetória das Políticas Habitacionais da Década de 1960 à Atualidade. **Baru**, v. 2, n. 2, p. 199-218, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Informações acerca do quantitativo de unidades habitacionais oriundas do PMCMV por município**. 2018.

Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=80200000539201889>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MONTEIRO, A R.; VERAS, A. T. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, v. 16, 2017.

MOURA, J. M. Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, p. 339-359, 2017.

PAGANI, E. B. S.; ALVES, J. M.; CORDEIRO, S. M. A. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, v. 7, n. 1, p. 167-183, 2015.

PEQUENO, R.; ROSA, S. V. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza-CE: análise dos arranjos institucionais. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 35, p. 191-216, 2016.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C.; LOPES, A. P. O.; ROSSI, L. G. A. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.

SOARES, I. O.; CARVALHO, A. W. B.; RIBEIRO FILHO, G. B.; PINTO, N. M. A. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida em Uberaba (MG). **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 449, p. 119, 2013.

SORAGGI, A. C. M.; MENDONÇA, J. G. O Programa Minha Casa Minha Vida em Juatuba/MG: ampliação do mercado da moradia no espaço metropolitano periférico. In: CARDOSO, A. L. (org). **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 93-113.